

QUEM ESTÁ ACIMA DO PODER POPULAR

Nikolai P. Popov

Tradução: Décio Drummond

Cultura política. O que significa essa expressão? Se fosse apenas uma questão de alfabetização política do povo, ou de consciência política, ou do genuíno interesse do povo pela política, ou da compreensão dos fatores que se processam dentro da sociedade, seria mais apropriado falar de "cultivo da política". Se, porém, examinarmos a questão a partir de perspectiva mais ampla, não poderemos deixar de fazer uma descrição das formas pelas quais as instituições políticas da sociedade foram planejadas e pelas quais funcionam, nem da forma pela qual o povo participa da vida política. Por exemplo, como o povo se relaciona com a autoridade. E mais: quais as noções populares de política, quais os valores e os ideais, quais os preconceitos e os mitos? Tais reflexões se fazem em torno de tradições políticas estáveis e duradouras incorporadas à vida real.

Durante o período da história soviética marcado por uma total ausência de *glasnost*, nossos compatriotas intelectuais exasperaram-se particularmente diante da impossibilidade de analisar a vida política do país, bem como de dizer a verdade sobre quem somos, o que estamos construindo e para onde nos dirigimos. Mesmo durante o período do degelo, na década de 60, o oásis de verdade não atingia o próprio sistema político. "Mais aperfeiçoamento" era o máximo que se podia esperar nessa área... A vida política provou ser uma área na qual, até muito recentemente, a ideologia oficial e teórica estava mais divorciada da realidade do que em qualquer outra esfera. No entanto, é justamente aí, talvez, que a verdade e a clareza se tornam mais necessárias.

A questão-chave na história de qualquer sociedade é a do poder político — a quem pertence e como é exercido. É aqui que as explicações simplistas dos livros didáticos fincaram profundas raízes: o poder, nos países capitalistas está com a burguesia, enquanto na União Soviética está com o povo. Tal afirmação parecia dizer tudo, mas, e as sutilezas? Bem, essas cabem aos historiadores e aos juristas. Contudo, a Grécia capitalista e o

Este artigo foi publicado originalmente em *Sovietskaya Kultura*, 26 de abril de 1988.

Chile capitalista, pólos tão distanciados um do outro, possuem entre si diferenças tão grandes como as que separam a terra do céu. Outras nações do Ocidente oferecem um espectro mais amplo de distinções, dependendo da distribuição das influências entre os diferentes estratos da sociedade, da intensidade dos movimentos de massas e do nível de atividade política da população. A questão da estrutura de poder é igualmente importante para os países socialistas, uma vez que determina todo o estilo da vida pública. Como se desenvolveu essa estrutura em nosso país?

É importante responder a essa pergunta porque a insaciável sede de concentração de poder é uma de nossas tradições políticas. É supérfluo procurar saber se essa tendência remonta a Ivan o Terrível ou a Pedro o Grande. Interessa é saber que ela tem representado um papel crucial na era soviética, pois não há dúvida de que foi ela que nos ajudou a fazer a revolução e a chegar à vitória na guerra civil e na intervenção estrangeira armada que se seguiu. Foi também ela que nos fez ganhar a Grande Guerra Patriótica. Porém, como aconteceu de a ditadura do proletariado, destinada fundamentalmente a vencer a resistência da burguesia, degenerar, nos tempos de paz (encaremos a verdade), na ditadura do escalão superior do poder?

Constitui fato bem conhecido que o poder, em todas as suas formas, tende a se transformar em bola de neve. O poder corrompe. O poder absoluto corrompe absolutamente. Por outro lado, as formas de conter o poder são também conhecidas há muito tempo — desde a Antiguidade e a Renascença elas têm tomado os contornos de legitimação do poder, com suas respectivas divisões: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Como Lênin encarou esse problema?

Baseado na experiência da Comuna de Paris e dos *soviets* (comitês de governo locais) organizados durante a revolução de 1905 na Rússia, Lênin definiu os *soviets* como a garantia da nova democracia. Não foi por acidente que a idéia da participação da massa trabalhadora na tarefa dos *soviets*, bem como da participação total do povo na administração do Estado, tenha sido metodicamente desenvolvida por Lênin em grande parte de sua obra, chegando mesmo a retomar com freqüência essa idéia em seu projeto de um futuro governo alicerçado na autogestão.

A garantia mais importante do democratismo dos *soviets* seria fornecida pela legítima liberdade de suas eleições, sem formalidades nem restrições burocráticas, com "as próprias massas determinando os procedimentos e os horários para as eleições e com total liberdade de destituir os eleitos". É sabido que, em nível nacional, após a dissolução da direitista Assembléia Constituinte Socialista-Revolucionária, o Congresso dos *Soviets* tornou-se o órgão supremo do poder estatal, sendo suas funções entre os congressos desempenhadas pelo Comitê Executivo Central de To-

da a Rússia eleito pelo Congresso. O governo — Conselho de Comissários do Povo — era eleito, ou pelo Congresso, ou pelo Comitê Executivo Central de Toda a Rússia.

Não havia uma linha fronteira nítida entre o Legislativo e o Executivo à época em que surgiram esses órgãos. Lênin enfatizou repetidamente que o poder dos *soviets* era superior ao parlamentarismo burguês, sob o qual os representantes eleitos se tornavam uma casta privilegiada. O direito de, eventualmente, destituir deputados, bem como a vinculação entre as funções das autoridades, garantiriam o seu dinamismo e o seu controle por parte do povo. Na prática, mais leis foram promulgadas pelo Conselho de Comissários do Povo do que pelo Comitê Executivo Central de Toda a Rússia, embora a atividade legislativa fosse ainda atribuída ao "Parlamento Soviético".

Muitos dos nossos padrões e hábitos políticos tomaram forma dentro daqueles breves cinco anos em que Lênin esteve no leme do barco estatal. As condições da guerra civil também ditaram providências temporárias de emergência para resguardar a república. Após a remoção da oposição política — os mencheviques, os socialistas revolucionários de esquerda e outros grupos políticos — a liderança do partido e da nação foi amplamente unificada. A autoridade de Lênin era total, enquanto os desvios temporários das normas proclamadas e dos decretos constitucionais eram justificados com um simples "Lênin está a par disto", ou "Lênin tem esta situação sob controle". O Conselho dos Comissários do Povo poderia promulgar leis que violavam a Constituição, mas Lênin era o Presidente do Conselho. Portanto, não importava: as coisas se ajeitariam mais tarde... Lênin era também o líder reconhecido do partido. Simplesmente nem ocorria a qualquer um de seus companheiros de então dizer que "o velho" havia concentrado demasiado poder em suas mãos, nem que as funções dos órgãos superiores de liderança se sobrepujassem, uma vez que não havia um mecanismo de controle para impedir a concentração do poder. A sabedoria política de Lênin, sua mente teórica e seus dons especiais de político e de administrador serviam como garantia contra qualquer abuso de poder por parte do escalão superior. Ademais, os projetos para o futuro exigiam a introdução de uma administração mais bem organizada baseada na letra da lei, não em medidas de emergência.

Medidas de emergência ocorriam em número substancial, como, por exemplo, a administração da justiça. "Temporariamente", sem qualquer respaldo constitucional, os órgãos judiciais foram privados de sua independência, a "consciência legal revolucionária" considerada mais importante do que sua independência. O primeiro decreto no novo sistema aboliu a Promotoria e o controle da obediência às leis por parte dos órgãos judiciais. Os tribunais eram organizados por *soviets* locais, sendo que os casos mais importantes eram julgados por tribunais revolucionários com poder ilimitado para impor sentenças, inclusive de condenação à morte por pelotão de fuzilamento. Julgamentos sumários foram também organizados; suas decisões eram, com freqüência, justas. Sua característica prin-

cial, porém, era a de serem simples e confiáveis. Embora fosse essencial durante o período de maior resistência burguesa e da intervenção armada estrangeira, alguns anos mais tarde essa máquina descontrolada foi posta em movimento para suprimir toda e qualquer dissensão dentro do país e para repressões no interior do partido.

Destacada característica desse período era a ausência de qualquer regulamentação do papel do partido na direção do país. Afinal, muitas das ações pareciam evidentes em si mesmas. Os bolcheviques tomaram o poder e se tornaram o partido dominante. "Nosso partido é o governante", disse Lênin, "e qualquer decisão tomada pelo congresso do partido será obrigatória para toda a república..." A lógica da luta ditava sua própria lógica e suas próprias normas. O partido clandestino precisava ser transformado em um partido de massas — e a entrada dos proletários em suas fileiras foi considerada bem-vinda. Mais tarde, o item mais importante da agenda era proteger o partido contra todos os aventureiros e carreiristas, tendo sido adotada a prática do expurgo e das restrições para admissão.

Mas, o que dizer da necessidade de lutar contra outros partidos que discordavam dos planos e da liderança dos bolcheviques? Em 1917 Lênin escreveu em *O Estado e a Revolução*: "Ao alimentar um partido de trabalhadores, o marxismo alimenta a vanguarda do proletariado, capaz de tomar o poder e liderar todo o povo em direção ao socialismo, de guiar e de organizar o novo sistema, de ser o líder, o mestre e o guia de todos os trabalhadores e explorados". Qual o significado concreto de "mestre" e de "guia"? Que os comunistas precisam dirigir todos os órgãos estatais? Era assim no princípio, porém logo já não havia suficientes membros do partido que fossem confiáveis, sendo que os próprios membros do partido não possuíam adequada capacidade de liderança. O que precisava ser feito? Especialistas de fora, controlados por membros e por comissários do partido foram nomeados para cargos de liderança. Esse tipo de liderança dual, a despeito de várias reformas, permaneceu por muitos anos como um elemento de nossa cultura política.

A liderança do partido deveria ser um órgão superior de poder, pairando acima de todos os outros órgãos da administração estatal? Se o Comitê Central é um órgão superior de poder, pairando "acima", como pode ser controlado? É possível contestar qualquer uma de suas decisões como inconstitucional? Quem seria o responsável, no caso de falhar uma medida decretada? Se esse supremo órgão de poder dirige de fato toda a nação, poderia ele não ser eleito por todo o povo? A primeira Constituição Soviética, de 1918, não respondeu a essas perguntas. Nem as constituições subsequentes tampouco. A definição das funções de diferentes órgãos de poder nunca foi assunto de uma discussão em âmbito nacional, nem nos primeiros anos do poder soviético, nem depois.

Lênin, com muita razão, nos últimos anos de sua vida, referia-se com crescente frequência ao perigo do poder descontrolado do partido e do aparato do Estado. Não foi por acidente que ele insistiu na questão do controle por parte dos trabalhadores, de todo o povo: "As massas de-

vem ter o direito de eleger aqueles que serão responsáveis por ela. As massas devem ter o direito de substituí-los, o direito de conhecer e controlar cada medida, mesmo a mais insignificante, tomada por eles". E mais: o direito de inspecionar também os órgãos do partido, a fim de "eliminar o risco de as células comunistas se separarem das massas", e com o objetivo de erradicar o legado do Comunismo de Guerra — o isolamento dos comunistas dentro do estreito rótulo de "dirigentes". Lênin viu a solução para esse problema na promoção de pessoal qualificado de fora do partido para cargos superiores sob controle dos comunistas. Por outro lado, ele acreditava também ser importante aproveitar "trabalhadores e camponeses de fora do partido, cuja honestidade havia sido testada" na Inspeção de Operários e Camponeses.

Eis o que ele escreveu na véspera do 11º Congresso do Partido, em 1922: "Finalmente, é necessário definir com a maior precisão as funções do partido (e do seu Comitê Central) assim como do poder soviético, acentuando não só a responsabilidade, mas também a dependência dos funcionários e das instituições soviéticas, deixando ao partido a liderança geral das atividades de todos os órgãos da administração estatal, sem a sua interferência freqüente, irregular e muitas vezes supérflua, como tem ocorrido até o presente". Em outras palavras, Lênin se referia claramente a uma demarcação de funções no escalão superior do poder. Hoje, podemos compreender muito bem a preocupação do líder.

Enquanto o sistema administrativo esteve subordinado a Lênin, suas limitações foram amenizadas por sua perspicácia e poder de visão e por sua flexibilidade. Nas mãos de seus sucessores, contudo, tais imperfeições tornaram-se trágicas.

Como Stalin encarou esse problema?

O último alerta de Lênin a respeito da concentração incontrolada do poder foi incluído em sua "Carta ao Congresso", na qual ele declara que o secretário-geral (Stalin) havia concentrado em suas mãos um enorme poder. O problema estava em que nenhuma das estruturas existentes havia impedido esse fato... Na medida em que existiam normas regulamentando os deveres dos secretários do Comitê Central, Stalin aproveitou-se da sobrecarga de trabalho de Lênin e, mais tarde, de sua enfermidade, para tranquilamente concentrar em suas mãos crescente controle sobre o partido. Para começar, sobre o próprio partido.

A morte de Lênin não poderia ter sido mais inoportuna. Caso sua liderança sobre o país continuasse por, no mínimo, mais dois anos, a Nova Política Econômica teria sem dúvida produzido maior democratização da vida pública; a questão da nova legislação inevitavelmente teria sido levantada; o número de membros do Comitê Central teria sido aumentado pela inclusão de mais trabalhadores; a Inspeção da Comissão Central

de Controle de Trabalhadores e Camponeses — a cúpula do controle popular — teria ganho *status* especial. Haveria mais *glasnost* e mais discussões públicas em torno da estrutura política da sociedade. A cultura do democratismo soviético teria começado a tomar forma.

Nada disso aconteceu. A estrutura concentrada de poder, estabelecida sob Lênin, foi herdada por quem não possuía estatura comparável à dele, que era um teórico, organizador e político altamente culto e preocupado com a democracia. O líder reconhecido do partido e do proletariado foi substituído por alguém que tinha seus "próprios pontos de vista" a respeito de democracia, acrescida a agravante de que, à época, a liderança do partido e do Estado estava longe de ser unida, minada por conflitos políticos e pessoais.

Mestre inescrupuloso nas intrigas políticas, desprovido de princípios morais, Stalin habilmente explorou aqueles atritos. Aliando-se a um grupo, afastava outro grupo para, em seguida, com a ajuda de um terceiro grupo, destruir seus primeiros aliados. Stalin era um gênio no jogo com "pau de dois bicos". Com a ajuda de Kamenev e de Zinoviev, a quem havia dado seu apoio desde outubro de 1917, Stalin conseguiu esconder e suprimir a "Carta ao Congresso" que o colocava em posição desvantajosa, e permanecer à testa do partido, pondo Trotski à margem. Mais tarde, auxiliado por Bukharin, Rykov e Tomskiy, acabou por afastar Trotski, Kamenev e Zinoviev da cena política — apenas para pouco depois tirar do caminho os três primeiros. Na verdade, Stalin criou um sistema político de ditadura pessoal no quadro de uma ordem econômica socialista em desenvolvimento. O poder pessoal sem controle exercido por ele somente podia ser comparado ao de um monarca. O sempre crescente aparato repressivo todo-poderoso aumentava a semelhança com a supremacia de alguém como Ivan o Terrível. A semelhança era também reforçada pela "caça às bruxas" praticada contra inimigos e pelas "confissões" extraídas à força implicando inocentes. Com freqüência, as pessoas ficavam sem escolha: ou se tornavam carrascos, ou vítimas. Enquanto isso, o verdadeiro organizador, o mandante desses horrores permanecia fora da corrente de denúncias mútuas, de julgamentos espetaculares e de execuções de "traidores" e de "espiões".

Stalin matou milhões entre as melhores, mais criativas e mais talentosas pessoas do país (ainda está por ser calculada a magnitude exata de nossas perdas). O ponto principal, porém, é que ele estabeleceu um Estado totalitário perfeito, no qual o seu poder pessoal abrangia tudo — a economia e a ciência, a literatura e as artes. Sabe-se muito bem que ele pessoalmente "peneirava" os escritores, reprimindo alguns e poupando outros.

Durante o breve período de seu desenvolvimento pacífico sob a égide de Lênin, as tradições e as normas democráticas da vida pública foram incapazes de se desenvolver e criar raízes num país semifeudal, como era a Rússia na época. Ao contrário, o regime imposto por Stalin trouxe de volta as piores características da monarquia Romanov: o ajoelhar-se dian-

te de todas as autoridades, a obediência incondicional aos "chefes" e o desprezo pelas liberdades e pelos direitos civis. Nem uma palavra foi dita a respeito da independência dos órgãos judiciais. As *troikas* tornaram-se um travesti da justiça. Basta pensar no seguinte: até mesmo os padrões e as normas conquistados pelas forças revolucionárias em 1905, ainda à época da Rússia czarista, foram atirados fora.

Os métodos de Stalin ecoaram tanto horizontal quanto verticalmente dentro da sociedade soviética, imitados pelas organizações regionais dos partidos, dos *soviets*, e da administração econômica. Não havia qualquer questionamento crítico, nem sobre *glasnost*, nem elegibilidade real de órgãos de poder, nem participação popular na administração do Estado, nem controle nem debates em torno das políticas adotadas — nada, apenas unânime aprovação. Atualmente os métodos de Stalin estão ultrapassados enquanto sistema de ditadura pessoal e de repressão das massas, mas eles ainda estão muito vivos como norma antidemocrática. Ainda existem pequenas e pálidas imitações de Stalin entre nós, quer entre os chefes administrativos, de moradias, quer entre os secretários de comitê regional do partido. Muitas pessoas provavelmente se lembram dos recentes líderes do Uzbequistão e do Kazaquistão e de seus métodos de liderança, mas eles podem ser encontrados também em outros lugares.

Afinal, essa estrutura de poder foi imposta durante décadas, tornando-se impossível mudá-la da noite para o dia. Pode ser uma coisa do passado, mas o passado está ainda muito presente. Não é mais uma questão apenas das qualidades pessoais desse ou daquele líder. A fim de erradicar as práticas do voluntarismo, do burocratismo e do dogmatismo de nossa cultura política, é essencial não apenas substituir os líderes formados na velha escola, mas é essencial também demolir o sistema fossilizado. Muitas vezes é mais fácil construir uma nova casa do que substituir as vigas apodrecidas.

O problema no contexto da *perestroika*

Parece-me que muitas das questões que atualmente nos estimulam serão deixadas no ar, irresolvidas, a menos que haja uma revisão da validade constitucional e da regulamentação das funções e das prerrogativas das várias instituições da administração e do poder do Estado. Evidentemente, é necessário começar por uma definição do papel do partido nas condições de reestruturação. De acordo com a Constituição, o Partido Comunista é "a força que conduz e lidera a sociedade soviética" e é "quem dirige o grande empenho construtivo do povo soviético". Porém, especificamente, dirige como? Como essa liderança difere da liderança de outras instituições de poder? As Normas do Partido são mais explícitas neste ponto. É dever das organizações territoriais do partido exercer a lideran-

ça dos *soviets* de deputados do povo "através de comunistas que atuam neles".

O registro dos últimos anos demonstrou que essa liderança "através de comunistas que atuam neles" estendeu-se também aos órgãos judiciais e à Promotoria, espalhando-se em rígido controle administrativo de todos os distritos ou de organizações regionais por distrito, por cidade, ou por comitês regionais do partido. No caso de desacordo com as instruções "de cima", qualquer "administrador da justiça" poderia encontrar-se "no tapete" e até mesmo perder sua filiação ao partido. Esse tipo de controle não contradiz o atual processo de democratização? Como poderia o prestígio dos órgãos eleitos, inclusive o dos *soviets*, ser realmente promovido nessas condições? Não se trata de um caso de desvio dos princípios, preconizados por Lênin, de responsabilidade e de confiabilidade dos líderes eleitos em relação, em primeiro lugar, aos que os elegeram? Esse método de administração burocrática também vai de encontro à exigência de Lênin de "deixar ao partido a supervisão geral de todo o trabalho dos órgãos estatais, sem a freqüente, irregular e muitas vezes supérflua interferência, como sucede atualmente". Acredito que a rejeição das antigas tradições de liderança deveria ser discutida na próxima conferência do partido e ficar registrada nas normas do partido.

Obviamente, nas novas condições de crescente independência e de autogestão por parte das massas, bem como do desenvolvimento de novas formas e de atividades de trabalho individual e cooperativo, existe também a necessidade de reformar a Constituição a fim de consolidar a autoridade de nossa Lei Fundamental (no sentido literal da expressão). Na regulamentação das funções das instituições e dos órgãos de poder, será necessário revisar os padrões e as normas ultrapassados, assim como os hábitos do exercício da gerência onde nem há necessidade de gerência. O espírito dos tempos exige que o antigo princípio "É permitido pedir permissão aos chefes?" seja substituído por algo como "Se não for proibido, então é permitido". Afinal de contas, a confiança geral no desenvolvimento se dirige a um desenvolvimento em que o povo se dirija; é aí que repousa nosso futuro a longo prazo. Mesmo hoje, qualquer coisa que as pessoas possam fazer por si mesmas, deve ser feita de forma independente, sem interferência das autoridades. Esse princípio aplica-se igualmente às atividades econômicas, sociais e políticas. Existem mais problemas na área da atividade política do que em qualquer outra... Tímidas tentativas de atos contestatórios por parte de autoridades locais são freqüentemente reprimidas com a presteza de um buldogue. Alguém carrega um cartaz em que se lê: "*Glasnost* é a Arma da Reestruturação". É imediatamente carregado para o interior de um carro da polícia e levado à delegacia por estar ostensivamente perturbando a ordem pública. O povo realiza uma manifestação em Irkutsk contra um projeto de desenvolvimento industrial que ameaça poluir o lago Baikal — as autoridades locais rotulam os participantes de "extremistas", "incendiários" e "agitadores"...

O medo da independência e da autogestão é também inerente à nos-

sa cultura política, ou melhor, à nossa cultura de educação política; teme-se que qualquer tentativa por parte do próprio povo interfira no "sagrado trabalho" da administração. Temos, às vezes, a impressão de que nossos *Prishibeys* [referência a um personagem de Chécov que se arvora o direito de interferir na vida dos outros e desrespeitá-los] nunca leram Lênin, embora protestem lealdade a ele de hora em hora... Ou talvez tenham lido, mas preferiram não sobrecarregar suas mentes com reflexões em torno do que leram. A ordem é o valor supremo, que cada um conheça seu lugar, nós próprios somos capazes de proteger a natureza, nada dessa novidade chamada automotivação enquanto não vier uma ordem de cima a esse respeito. De fato, a própria expressão "automotivação" adquiriu conotação quase pejorativa em nossa vida pública.

Felizmente, o outro lado dessa relíquia política do passado — o receio popular de qualquer repreensão vinda de cima — vai gradualmente decrescendo. É claro que é aterrorizante desobedecer aos chefes... porém, as pessoas sentem que têm, ao menos, a verdade a seu lado, embora ainda não a lei. Nas condições da *glasnost* as pessoas estão aprendendo a observar os avanços da democracia e recuos do burocratismo. Mas, não é hora de dar aos combatentes pela *perestroika* mais do que apenas apoio moral? E não só pela imprensa. Os direitos individuais precisam ser expandidos, não só pela aplicação efetiva da Lei sobre Procedimentos para Apelação no Tribunal contra Processos Abertos por Autoridades. As atuais organizações públicas automotivadas precisam adquirir o direito de proteger seus membros, até mesmo nos tribunais, aproveitando a assistência dada, não por defensores de ocasião, mas por autoridades em leis — advogados da *perestroika*, tanto no sentido literal como no figurado — organizadas em associações.

Uma das questões-chave refere-se à reestruturação do aparelho administrativo. Reestruturação é fundamentalmente assunto político. Afinal de contas, trata-se da substituição de uma cultura política por outra, do afastamento do poder político daquela casta criada sob a noção de ausência de controle e de permanência de todos os privilégios e mordomias resultantes da ausência de controle. Esses não desaparecerão voluntariamente, uma vez que, para eles, a mudança significa o abandono do estilo de vida a que estão tão habituados. São capazes de dissimular obediência à nova estrutura, contando com a volta dos antigos esquemas. São capazes de se esconder atrás da terminologia e da retórica da *perestroika*. Ou... podem não criar obstáculos às inovações, mas tampouco terão pressa em fazer a causa avançar...

Ao se lançar na construção da nova sociedade Lênin temia acima de tudo a burocratização da revolução, a lenta concentração do verdadeiro controle no interior do aparelho administrativo, os *apparatchiks*. Em seu ponto de vista, o novo Estado deveria diferir das repúblicas ocidentais parlamentaristas desenvolvidas, nas quais a verdadeira administração é exercida por "um funcionalismo que é virtualmente permanente, privilegiado e colocado acima do povo". No Estado proletário essa máquina

tradicional devia ser desmantelada e substituída por "um aparelho de Estado novo, popular, em outras palavras, verdadeiramente democrático, formado por *soviets*".

E quão incrivelmente difícil essa tarefa se revelou num país atrasado e com alto índice de analfabetismo! Em 1923, Lênin escreveu: "A situação do aparelho do Estado em nosso país é tão lamentável, para não dizer repugnante, que, antes de mais nada, precisamos refletir sobre a maneira de combater suas limitações". Nessas "limitações" estavam incluídos todos os sintomas clássicos de burocratização. No dizer de Lênin, "Quando se trata de bajulação e de respeito às formas e aos rituais da burocracia, nosso 'revolucionarismo' é quase sempre substituído pela mais embolorada escravidão à rotina". Muitos dos novos administradores fracassaram na procura de formas de combater o crescente poder dos funcionários: "... Uma alta percentagem de comunistas é incapaz de aplicar as leis soviéticas em sua luta contra a tirania das formalidades, do burocratismo, ou desse fenômeno tão genuinamente russo que é o suborno".

Lênin denunciou agressivamente dois fatos: o aparelho governamental ser separado das massas governadas e a pretenciosa certeza de que todos os problemas podem ser resolvidos por "decreto comunista". Na época de Stalin a feroz luta travada pelo partido contra a burocracia resultou em nada. o aparelho cresceu ainda mais, divorciando-se das massas governadas e se transformando em máquina do funcionalismo. Seus melhores representantes, os inovadores que procuraram seguir o conselho de Lênin a respeito da introdução de uma organização científica na administração e aplicar o sistema de Taylor, e aqueles que tentaram manter contato com as massas, todos morreram nas repressões de Stalin. Sob a direção de Lênin, o partido foi "expurgado" dos líderes que se "burocratizaram" ostentando arrogância comunista. Entretanto, nas décadas subseqüentes, os *apparatchiks* aperfeiçoaram seu sistema de defesa através da elaboração de "regras de ouro" que os ajudaram a manter suas posições: a bajulação, o servilismo, a ausência de iniciativa, a ação apenas de acordo com instruções vindas de cima, rigidez insensível no trato dos subordinados, nenhuma indulgência e ausência de crítica. A brutalidade e a desumanidade na chefia e na administração atingiram seu ápice na era de Stalin.

Nos dias de Lênin a administração passou por vigorosa renovação. Houve "renovação" também na era de Stalin — a melhor porção do aparelho estatal era periodicamente "podada", destruída. De maneira geral, Stalin encarou o princípio de remanejamento de pessoal e de cargos como garantia de seu poder pessoal. O sistema tornou-se exclusivo nas décadas de 60 e 70, ficando virtualmente suspensa a entrada de gente nova. De acordo com as leis da *nomenklatura*, os *apparatchiks* começaram a mover-se para cima e para baixo, só que, principalmente dentro de um círculo — movendo-se do partido para os órgãos dos *soviets*, de lá para ministérios ou para cargos em organizações públicas, para, daí, recomeçar. Os fracassos, os casos "incuráveis", raramente desistiam da corrida de ratos e, algum tempo depois, reapareciam em posições confortáveis

e em cargos decentes. Uma ampla mas exclusiva casta de profissionais de chefia passou a se formar, a qual, em outros países, é habitualmente conhecida como "classe dominante".

Nosso único consolo agora está em não sermos as únicas vítimas dessa enfermidade. A degeneração da democracia em burocracia, quando o poder é incontrolado, constitui processo típico. É preciso admitir sem subterfúgios que os receios de Lênin foram totalmente confirmados. Desenvolvemos nossa variedade particular de "funcionalismo que é virtualmente permanente, privilegiado e acima do povo". Quando falamos de burocracia, não nos referimos a escravos subalternos da rotina — na verdade, referimo-nos a uma elite política que conduziu o país à estagnação e o colocou à beira de uma crise. A demagogia, a retórica exacerbada e as proibições dogmáticas foram utilizadas para esconder sua relutância e, com frequência, inabilidade para implementar uma reforma da economia e de toda a nossa vida pública. O propósito da *perestroika*, lançada pelas forças saudáveis e revolucionárias dentro do partido, é dismantelar essa máquina. A resistência oposta por essa elite tem retardado esse processo. Contudo, já que a burocracia é uma força política — trata-se do divórcio entre o poder executivo e os interesses da sociedade —, afinal de contas a luta contra ela deve também ser política.

Com que forças e com quantas reservas podemos contar nessa luta? Fundamentalmente com os *soviets*, o instrumento de poder criado por nossa revolução! Na verdade, são os *soviets* que distinguem nosso sistema das repúblicas parlamentaristas burguesas. Precisamos devolver aos *soviets* a sua finalidade social, começando por restaurar a genuína elegibilidade através de uma chapa com vários candidatos para cada cadeira de deputado e campanhas eleitorais verdadeiras... Durante os anos de ditadura, voluntarismo, normas arbitrárias e estagnação de Stalin, a cultura das eleições — não apenas para *soviets* — degenerou até ao ponto em que qualquer nomeação vinda de cima encontrava silenciosa aprovação. Foi assim que se elegeram secretários de comitês do partido e administradores de fazendas coletivas.

Uma nova onda de elegibilidade está invadindo as empresas industriais. Tais "práticas" democráticas deverão influenciar também as eleições para cargos dentro do partido. Afinal de contas, a democratização das eleições repousa não apenas na reforma das leis e procedimentos mas igualmente em saber se o povo deseja eleições, se acredita na autenticidade da mudança. Do que estamos tratando aqui é de um dos mais efetivos remédios contra a apatia política, de uma alteração séria e fundamental em nossa cultura política.

Já se evidenciam sinais de mudança. A explosão da iniciativa popular constitui um dos principais resultados da *perestroika*. Experimentadores econômicos, ativistas em campanhas pela proteção do meio ambiente e dos monumentos históricos, cooperativas, grupos informais de jovens, associações e fundações e — talvez o mais importante — interesse nitidamente crescente pela vida pública e pela política. O país está caminhan-

do, o povo está lendo e está falando mais alto. Ainda não foi atingido o "democratismo coletivo dos dias revolucionários, o jorro turbulento para frente, semelhante à água no degelo da primavera rompendo todas as barreiras", porém o povo já está diferente e será difícil fazê-lo dormir outra vez, mais difícil ainda silenciá-lo.

Durante o período de estagnação, e mesmo nos dias ainda mais trágicos da era stalinista, houve pessoas que não cederam às pressões, nem se desesperaram quando cercadas por funcionários oportunistas, desonestos e arrogantes, que continuaram desenvolvendo suas invenções, escrevendo livros, fazendo filmes e preservando a verdade, cada qual à sua maneira. Muitos sucumbiram. A vida hoje é mais fácil para as pessoas desse tipo. Mas atualmente a luta pela *perestroika* conta também seus heróis e suas baixas — aqueles que se desorientaram e aqueles que passaram abertamente para o lado dos conservadores. O sucesso da *perestroika* depende de grandes reformas, tanto econômicas, como políticas, e da eficiente implementação de tais reformas. Contudo, depende igualmente da lenta e muitas vezes imperceptível alteração da consciência, inclusive da consciência política, da introdução de vários aspectos da democratização em nossa cultura política.

Nossa existência hoje tornou-se interessante em consequência das inesperadas mudanças que encontramos todos os dias. Ainda não sabemos como será daqui a cinco anos a cultura política originária da *perestroika*. Agora, como há setenta anos, é a hora da genuína criatividade das massas.

Nikolai P. Popov é pesquisador do Instituto de Estudos sobre EUA e Canadá da Academia de Ciências da URSS.

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 26, março de 1990
pp. 179-190
